

O RACISMO ESCOLAR SOB O OLHAR DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Stephany Alves Silva¹
Camila Bloise Pieroni²
Denise Aparecida Corrêa³

RESUMO

Este trabalho resulta das experiências desenvolvidas pelo grupo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), cujo objetivo é articular teoria acadêmica e prática docente, contribuindo para a formação inicial de professores da educação básica. A experiência ocorreu em uma escola estadual de Bauru, interior de São Paulo, com turmas do 1º ano do Ensino Médio. Como bolsistas, realizamos regência de aulas durante o período de intervenção, orientando-nos pelas diretrizes do material digital oficial do Estado de São Paulo, especificamente nos conteúdos sobre “Preconceitos e Estereótipos”. A partir dessa proposta, desenvolvemos atividades reflexivas e dialógicas acerca das diferentes formas de preconceito, com ênfase em suas manifestações no contexto escolar e esportivo. Em seguida, foi solicitado aos alunos que compartilhassem, por meio de relatos escritos, experiências vivenciadas ou observadas relacionadas a situações de preconceito. Ao todo, foram coletados 37 relatos. Embora a maior parte dos estudantes tenha afirmado não ter vivenciado ou presenciado discriminação, cinco deles relataram experiências de racismo. Apesar de numericamente menores, esses relatos têm grande valor qualitativo, pois evidenciam situações de discriminação com impactos profundos na vida escolar e no desenvolvimento social e emocional dos jovens. Os registros revelaram a dimensão do sofrimento causado por tais experiências, com expressões como “ficou gravado na minha cabeça” e “ficou muito marcado”, que destacam a intensidade dos efeitos emocionais vividos. Nesse sentido, a participação no PIBID possibilitou não apenas a elaboração de práticas pedagógicas, mas também um contato direto com desafios sociais presentes no ambiente escolar. A escuta dos relatos evidenciou a necessidade de uma formação docente comprometida com questões éticas e sociais, que ultrapasse o domínio dos conteúdos e prepare professores e professoras para enfrentar situações de racismo e preconceito que afetam cotidianamente os estudantes.

Palavras-chave: Educação Física, Regência, Preconceitos, Estereótipos, Racismo.

INTRODUÇÃO

O racismo é uma problemática estrutural e histórica da nossa sociedade, que se manifesta de maneira velada e constante em diversos contextos sociais, incluindo o ambiente

¹ Graduanda do Curso de Educação Física da Universidade Estadual Paulista - UNESP, stephany.alves@unesp.br

² Professora Supervisora do Programa de Iniciação de Iniciação a Docência – PIBID; camilabloise@hotmail.com

³ Coordenador de Área do PIBID, Prof. Dra. da Universidade Estadual Paulista – UNESP, denise.correa@unesp.br.





escolar. Apesar de frequentemente ser naturalizado, seus efeitos afetam diretamente a construção de identidades, a autoestima dos alunos e suas chances de aprendizado e convivência (RANGEL, 2006). No contexto escolar, essa situação demanda não somente a rejeição de práticas discriminatórias, mas o engajamento ativo em propostas pedagógicas que reforcem o compromisso com a equidade racial.

A Educação Física, devido à sua natureza de trabalhar com práticas corporais, jogos e esportes, representa um ambiente privilegiado para a reprodução de estereótipos, bem como para o combate a eles. A presença de preconceitos relacionados à cor da pele, ao corpo e ao desempenho esportivo pode intensificar exclusões e reforçar desigualdades (RANGEL, 2006). Por isso, torna-se urgente repensar as práticas pedagógicas de modo a superar tais desigualdades e favorecer a educação antirracista na escola, pois como afirma a filósofa Angela Davis: “não basta não ser racista, é preciso ser antirracista” (DAVIS, 2020 *apud* SANTOS, 2022, p. 32)

Nesse contexto, este relato descreve uma experiência educacional realizada no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) em uma escola pública de Bauru-SP, voltada para turmas do primeiro ano do Ensino Médio. As atividades, com foco no tema "Preconceitos e Estereótipos", tiveram como objetivo estimular a reflexão crítica entre os estudantes, que possibilitaram a coleta de relatos sobre situações de preconceito, com ênfase no racismo.

METODOLOGIA

As ações ocorreram no contexto do PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, cujo objetivo central é articular teoria e prática no processo de formação inicial docente. Durante o período de regência, realizamos intervenções pedagógicas em uma escola estadual de Bauru-SP, com estudantes do 1º ano do Ensino Médio.

Tomando como referência as diretrizes do Currículo Paulista e do material digital do Estado de São Paulo, organizamos aulas dialogadas e reflexivas sobre preconceito e estereótipos articulado ao objeto de conhecimento: Esporte: combatendo preconceitos e estereótipos em que a habilidade de apropriar-se criticamente de processos de pesquisa e busca de informação, por meio de ferramentas e dos novos formatos de produção e distribuição do conhecimento na cultura de rede (EM13LGG704) foi desenvolvida com o objetivo de analisar e reconhecer criticamente os estereótipos e preconceitos no âmbito esportivo.





Para esse fim, preparamos o material que usávamos com slides autorais que apresentam diversas definições, como a diferenciação entre preconceito e estereótipo, significado de machismo, xenofobia, capacitismo, intolerância religiosa, gordofobia, etarismo e racismo. Além disso, trouxemos exemplos reais do mundo dos esportes, para que se alinhasse à educação física e fosse de encontro a realidade do educando.

Nas aulas seguintes, iniciamos as atividades em quadra. A primeira atividade proposta, foi uma corrida guiada, realizada em duplas. O objetivo era atravessar a quadra e retornar. Inicialmente, um dos alunos estava vendado, enquanto o outro o guiava. Na etapa seguinte, para que a estratégia e o trajeto fossem conhecidos, ambos os alunos foram vendados, com o percurso sendo sinalizado verbalmente por um dos bolsistas do PIBID. Nessa dinâmica, a confiança mútua e a percepção corporal do espaço, foram elementos cruciais para que a atividade fosse concluída com sucesso.

A atividade subsequente, foi uma “brincadeira sonora em grupo”, a turma foi dividida em dois grupos e espalhados pela quadra. Cada grupo escolheu uma palavra ou som específico, que deveria ser utilizado para orientar seus integrantes até que se reunissem. O objetivo era que os alunos percebessem o ambiente a partir da audição, trabalhando propriocepção corporal e atenção auditiva. O grupo que se encontrasse por completo primeiro era o vencedor.

No posterior encontro, a atividade foi dividida em fases, com o objetivo de promover a empatia e a compreensão sobre as limitações físicas e perceptivas que determinadas pessoas enfrentam, além de desenvolver habilidades como atenção, coordenação, memória e cooperação. A atividade se estruturou da seguinte forma:

- 1º: Formação de dois círculos. Os participantes deveriam memorizar uma sequência fixa de pessoas para passar a bola.
- 2º: A cada rodada, era adicionada uma nova bola.
- 3º: Impostos desafios motores, como usar apenas a mão esquerda, ou apenas a perna esquerda para o movimento, simulando limitações físicas temporárias.

Com o tempo, os dois círculos foram unificados, formando um círculo maior, o que dificultou ainda mais a execução correta da sequência e o uso do lado não dominante da mão.

Em uma outra sala, também do primeiro ano, optamos por realizar o futebol indígena com adaptação sensorial, utilizando uma bola envolta em sacola plástica para estimular a percepção auditiva. A atividade seguiu o mesmo modelo aplicado em outras turmas: os pés





representavam a base a ser protegida, e as mãos, as "pernas", com regras de eliminação por etapas.

Todas as aulas foram finalizadas com rodas de conversa, nas quais os estudantes puderam compartilhar suas sensações e reflexões sobre as experiências vividas. As falas revelaram percepções como: “deu medo no começo, mas aprendi a confiar” e “nunca tinha pensado como é difícil não enxergar”. Esses relatos indicaram que as experiências práticas favoreceram o desenvolvimento da empatia — entendida como a capacidade de sentir e compreender o que o outro sente — e criaram condições para refletir sobre diferentes formas de preconceito e exclusão.

Segundo Rangel (2006), entender o preconceito exige um exercício de alteridade, ou seja, a prontidão para se colocar no lugar de quem sofre discriminação. A autora sugere que imaginemos cenários hipotéticos em que certas características — como cor da pele, tipo de cabelo ou formato do corpo — se tornam razões para rejeição e desigualdade. Esse movimento simbólico permite reconhecer o quanto a diferença pode gerar sofrimento e exclusão, e, portanto, exige de nós uma postura ética diante do outro.

Nessa mesma direção, Corsino e Rocha (2025) afirmam que uma Educação Física antirracista exige o desenvolvimento da sensibilidade ética, do reconhecimento das desigualdades e do compromisso ativo com a transformação social. Desse modo, a empatia atua como um caminho pedagógico que habilita o aluno a compreender a dor do outro, seja no que diz respeito à deficiência, à cor da pele ou a qualquer característica que tenha sido historicamente usada para justificar exclusões.

As atividades realizadas em sala de aula visam materializar esse conceito no âmbito da Educação Física. Ao vivenciar, ainda que brevemente, a sensação de vulnerabilidade ou limitação, os alunos tiveram a oportunidade de refletir sobre como o corpo frequentemente se torna o primeiro indicador de diferença, seja em razão da deficiência ou da cor da pele. Assim, a vivência corporal tornou-se um meio para discutir a empatia como prática antirracista, uma vez que o racismo, visto que tanto o racismo quanto o capacitismo surgem da incapacidade de reconhecer a humanidade do outro e de considerar a diversidade como um valor social.

Posteriormente a essas vivências, a professora regente, que acompanhava o grupo do PIBID, propôs que os alunos relatassem, por escrito, algum episódio de discriminação ou preconceito que tivessem presenciado ou vivenciado. O objetivo dessa atividade foi fortalecer o processo de reflexão iniciado em sala de aula, possibilitando que os alunos convertessem a vivência corporal e emocional em uma expressão crítica e consciente.





Com base nesses registros, foram gerados 37 relatos, dos quais cinco abordavam diretamente casos de racismo. Os depoimentos mostraram como as dinâmicas corporais, combinadas com a escrita reflexiva, possibilitaram que os alunos identificassem o preconceito como uma realidade concreta e complexa, existente tanto nas relações pessoais quanto nas estruturas sociais.

Essa abordagem metodológica teve como objetivo tanto incentivar a escuta ativa das experiências dos alunos quanto valorizar o exercício da autorreflexão. Essa perspectiva está em consonância com Santos (2022), que destaca a necessidade de projetos pedagógicos coletivos e materiais de apoio que fortaleçam o enfrentamento ao racismo na escola.

RESULTADOS E RELATOS

Trinta e sete relatos escritos foram coletados, dos quais 32 dos/das estudantes declararam não ter presenciado ou vivenciado casos de preconceito. Contudo, cinco estudantes relataram vivências diretas de racismo, narrando episódios marcantes em sua trajetória escolar e social.

Esses relatos evidenciaram impactos emocionais e sociais consideráveis. Expressões como "ficou gravado na minha cabeça" e "ficou muito marcado" mostram o forte impacto causado por essas vivências. Esses depoimentos confirmam a análise de Rangel (2006), que afirma que o racismo no Brasil se manifesta de forma difusa e camuflada, mas com impactos reais na vida dos estudantes.

Ademais, a falta de relatos da maioria pode ser vista não só como a inexistência de experiências, mas também como um reflexo do silenciamento ou da dificuldade em identificar e nomear situações de racismo. Isso já foi observado em pesquisas sobre preconceito e exclusão escolar (RANGEL, 2006; SANTOS, 2022).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados possibilitaram uma reflexão sobre a função da escola e, em especial, no componente curricular Educação Física, na criação de uma prática pedagógica que priorize a equidade racial. De acordo com Corsino e Rocha (2025), a construção de uma Educação Física antirracista deve se fundamentar em pilares como feminismo negro, educação quilombola, educação decolonial, justiça social e implementação das Leis 10.639/2003 e





11.645/2008, que estabeleceram a obrigatoriedade da inclusão da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena no currículo escolar.

Na prática pedagógica, isso implica em entender que a escola é um local que reproduz desigualdades, mas também pode ser um espaço de resistência e de ressignificação. A escuta dos alunos e o incentivo ao compartilhamento de experiências são essenciais para expor formas ocultas de racismo e expandir o repertório crítico da comunidade escolar.

Araújo Filho (2025) declara que a metodologia crítico-superadora, fundamentada na pedagogia histórico-crítica, possibilita que o racismo seja abordado como um tema transversal nas aulas de Educação Física. Isso amplia o alcance da disciplina para além do desenvolvimento motor, concentrando-se no crescimento integral do aluno e incorporando elementos físicos, motores, cognitivos e sociais, fomentando uma educação crítica e cidadã.

Dessa forma, ao abordar o racismo, a escola ajuda a desconstruir o conceito de "democracia racial" e assume seu papel na promoção da justiça social, enfatizando a responsabilidade dos educadores não só em prevenir práticas discriminatórias, mas também em adotar uma atitude proativa no combate ao racismo (CORSINO; ROCHA, 2025; SANTOS, 2022).

Trabalhar temas considerados “tabus”, como racismo, machismo ou capacitismo, requer planejamento pedagógico cuidadoso e sensibilidade na escolha das estratégias didáticas. Antes de abordar o tema diretamente, é essencial pensar em cada detalhe: os exemplos a serem utilizados, o material didático e o tipo de atividade que será realizada. Essa preparação evita que o tema surja de forma punitiva ou acusatória, e o transforma em um processo de aprendizagem coletiva e reflexiva.

Como afirmam Santos (2022) e Corsino e Rocha (2025), a escola precisa assumir a responsabilidade de educar para o respeito e para a equidade, indo além do simples combate às práticas discriminatórias. Isso implica criar espaços seguros de diálogo, em que o estudante possa compreender o tema a partir de experiências significativas, e não apenas de conceitos abstratos.

Nesse sentido, é possível trabalhar esses assuntos mesmo sem citar diretamente termos como “racismo” ou “misoginia”, especialmente quando o professor ainda sente insegurança em abordar essas palavras. Rangel (2006) defende que o aprendizado sobre o preconceito pode começar pela vivência da alteridade, ou seja, pela capacidade de se colocar no lugar do outro. Assim, ao propor atividades como a corrida com guia, por exemplo, os(as) alunos(as)





experimentam na prática o que significa depender da escuta, do cuidado e da cooperação, valores fundamentais para compreender o respeito à diversidade humana.

Essas experiências corporais abrem caminho para reflexões, que podem ser estimuladas nas rodas de conversa por meio de perguntas abertas, como: “Como vocês se sentiram nessa vivência?”, “O que foi necessário para que ela desse certo?”, “Vocês percebem alguma semelhança com o cotidiano?” e “Em quais situações precisamos de mais respeito ao próximo?”

De acordo com Araújo Filho (2025), esse tipo de abordagem dialogada transforma o momento da prática corporal em um ato pedagógico crítico, aproximando o estudante de uma compreensão social e ética do corpo. Ao mesmo tempo, concretiza o que Corsino e Rocha (2025) chamam de educação antirracista em ação — uma pedagogia que se realiza nas vivências, nas relações e na forma como se ensina a conviver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada demonstrou que, embora em número reduzido, os relatos de racismo compartilhados pelos(as) estudantes possuem um valor qualitativo significativo, ao expor o sofrimento e os efeitos deixados pela discriminação racial. Esses registros destacam a importância de práticas pedagógicas que considerem as questões sociais e se comprometam com a equidade.

Para os bolsistas envolvidos no PIBID, o processo representou uma oportunidade formativa fundamental, ao integrar teoria e prática e apresentar os desafios concretos da profissão docente. Ouvir os depoimentos não apenas sensibiliza, mas também instiga uma reflexão sobre a função social do educador, particularmente no que se refere ao enfrentamento do racismo e à valorização das diferenças. Além disso, levantou questões sobre como é viável abordar essas questões em diversos aspectos: ambientes, materiais e turmas.

Portanto, fica claro que promover uma educação antirracista não é uma tarefa opcional, mas um compromisso ético e pedagógico. Além de rejeitar atitudes discriminatórias, é preciso agir de forma ativa para desconstruí-las, transformando a escola em um espaço de justiça e valorização da diversidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO FILHO, Getúlio Lopes de. **Educação Física no Ensino Médio e Abordagem Crítico-Superadora: uma proposta didática tematizando o racismo**. Natal: UFRN, 2025.





CORSINO, Luciano Nascimento; ROCHA, Danieri Ribeiro da. “Não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”: uma revisão sistemática sobre Educação Física escolar. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, [S. l.], ano VII, vol. 22, n. 64, p. 128-135, 2025.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

RANGEL, Irene Conceição Andrade. Racismo, preconceito e exclusão: um olhar a partir da Educação Física escolar. **Motriz: Revista de Educação Física da UNESP**, Rio Claro, v. 12, n. 1, p. 73–76, jan./abr. 2006.

SANTOS, Pedro José Seixas dos. **Combatendo o racismo na escola**. Manaus: Instituto Federal do Amazonas (IFAM) / Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), 2022.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Currículo Paulista: Ensino Médio**. São Paulo: SEE-SP, 2022.

